



GT22 - Educação Ambiental – Trabalho 709

RESISTÊNCIAS E RELAÇÕES DE PODER NA PRODUÇÃO COTIDIANA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO ATRAVESSADA PELO CRIME SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE

Rosinei Ronconi Vieiras - UFES

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O estudo envolve-se com as problemáticas em torno das resistências sob a perspectiva desenvolvida pelo francês Michel Foucault e do crime socioambiental ocorrido na bacia do rio Doce, procurando relacioná-las com o pensamento em torno da educação ambiental. Busca aproximar o conceito do “cuidado de si” e/ou “modos de existência” de uma perspectiva da educação ambiental e suas implicações para a produção de outros mundos possíveis. Lança mão de observações empíricas, conversas e/ou entrevistas produzidas num determinado espaço-tempo em que se deu o crime socioambiental. Infere ser relevante e atual a problematização diante da forte incursão do modelo mercadológico próprio da lógica capitalista nos mais diferentes espaços, inclusive em nossa subjetividade. Considera que uma produção de subjetividades agenciada por princípios da educação ambiental corresponde a uma investida com potencial para produção de outras relações com o espaço.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Resistências. Crime socioambiental

Introdução

O estudo em questão se desenvolveu durante uma pesquisa realizada no tempo-espaço de uma comunidade escolar em meio a um dos maiores crimes socioambientais da história, ocorrido na bacia hidrográfica do rio Doce.

A problemática enreda-se na relação do “cuidado de si” com a educação ambiental e alguns de seus possíveis. Dentre estes a constituição de um outro modo de existência. Uma educação ambiental que não apenas “resiste” às armadilhas contemporâneas do modelo produtivista e predatório como também propõe uma (re) existência outra em nosso próprio presente.

Como procedimento metodológico lançamos mão da observação empírica realizada em uma comunidade escolar atingida e conversas/entrevistas realizadas com alguns dos sujeitos que vivenciaram esse crime socioambiental.

Queremos destacar que nesse estudo foram realizadas algumas problematizações e considerações que enfatizamos serem provisórias e parciais, com possibilidades múltiplas de aberturas para outras apropriações e/ou inserções.

Uma ressignificação no papel das resistências e sua aproximação com a educação ambiental

Ao longo de uma passagem do livro “Vigiar e Punir” escrito pelo filósofo francês Michel Foucault, há um fato interessante a respeito dos castigos e suplícios que eram promovidos pelos soberanos durante o sec. XVIII. O interessante desse fato é o que ele suscita:

[...] O soberano, ao chamar a multidão para a manifestação de seu poder tolerava um instante as violências que ele permitia como sinal de fidelidade, mas às quais opunha imediatamente os limites de seus próprios privilégios.

Ora é nesse ponto que o povo, atraído a um espetáculo feito para aterrorizá-lo, pode precipitar sua recusa do poder punitivo, e às vezes sua revolta. Impedir uma execução que se considera injusta, arrancar um condenado às mãos do carrasco, obter à força seu perdão, eventualmente perseguir e assaltar os executores de qualquer maneira maldizer os juízes e fazer tumulto contra a sentença, isso tudo faz parte das práticas populares que contrariam, perturbam e desorganizam muitas vezes o ritual de suplícios [...] (FOUCAULT, 2013, p. 58).

Em momentos onde tudo parecia já estar dado e com destino traçado, tais multidões incomodadas com o desmedido castigo e sofrimento alheio, recusam a pena imposta e, não raras às vezes, obtinham o perdão para o prisioneiro à força.

Recusa, subversão e desobediência. Impelidas em sua capacidade de afetar¹ e ser afetada tais multidões, demonstram com veemência sua força num movimento capaz de abalar as certezas e contribuir, senão para desabar uma determinada estrutura, ao menos para nela provocar fissuras.

Com essa perspectiva, no sentido de insatisfação com determinados modos e na qual acreditamos também se fazer presente um processo de resistência, é que procuramos “explorar” tal noção, nos propondo a pensar e problematizar algumas possíveis ressignificações.

Uma dessas ressignificações corresponde a pensar a educação ambiental realizada no contexto escolar como processo de resistência, recusa e desobediência. Um movimento social, não apenas crítico e transformador, mas, também, ético, estético e político. Algo próximo ao já enunciado por Tristão (2013) quando menciona a educação ambiental [...] é compreendida como filosofia de vida e não como uma disciplina obrigatória que se soma às outras disciplinas de um currículo ou a um tema, mas como uma orientação para conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental (TRISTÃO, 2013, p.1).

Vida como movimento permanente de embates, encontros, desencontros e principalmente como produção de desejo. Movimento/processo de (re) existência e resistência a todas as forças que degradam e apequenam diferentes formas de vida e modos de existência.

Uma mutação na lógica das resistências é o que parece estar ocorrendo, afirma o filósofo Peter Pelbart (2011). Mutações essas que extrapolam as tradicionais e clássicas noções que se tem das resistências.

Pensar as resistências e o poder como sistemas de relações de forças que se constituem num plano em que não há sobreposição de um sobre o outro, contribui com a nossa perspectiva de que na noção de resistência podem ser encontradas duas lógicas. Poderia

¹ Ressaltamos que ao utilizar a palavra “afetar” e suas variações, o fazemos sob a perspectiva do filósofo Espinosa (2013), que, em resumo, considera o afeto como o resultado do encontro entre diferentes corpos (humanos e não humanos). Esse encontro pode potencializar ou não a capacidade de agir.

representar tanto uma força que luta contra os processos de dominação, assujeitamento e deterioração presentes em certas estruturas como também estas mesmas estruturas poderiam corresponder a uma força de resistência na medida em que vem impedindo o desassujeitamento dos corpos e contribuindo com um processo de subjetivação individualizada, predatória e de caráter degradante das relações.

Ao longo de algumas de suas entrevistas Foucault (2012) já havia mencionado a impossibilidade de se pensar o poder separado dos processos de resistência. Para ele,

[...] não há relações de poder sem resistências: que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder: a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012, p. 244).

Sendo esta resistência múltipla, plural e, estando integrada as relações de poder, podemos pensá-la como parte desta relação de forças. Nesse aspecto, é pertinente a colocação realizada por Foucault (2012, p. 244), durante uma entrevista com J. Ranciere em 1977, intitulada “Poderes e estratégias” quando lembra “que não há relações de poder sem resistências”. Nesse “jogo”, embora reconheçamos sua assimetria, entram em cena a constituição de diferentes modos de subjetivação constituídos por uma rede heterogênea de elementos no qual estamos inseridos.

A proposta é pensar que, pela maneira como determinadas estruturas e formas de poder consolidadas vem se constituindo e atuando, estas representariam uma força contra a própria potência da vida – no sentido de preservação e ampliação de suas condições.

Dentro desta perspectiva, cabe um questionamento: Como se constituiria um processo de resistência? Seriam pelas relações desiguais de poder? Mas quem ou o que resiste a quem ou a quê?

Tal ideia implica uma inversão na questão. A educação ambiental, neste caso, não corresponderia ao movimento de resistência – pelo menos no sentido mais tradicional e direto do termo – ao modelo predatório implementado por um sistema socioeconômico dominante, mas o contrário: Tal sistema e/ou modelo é que representaria a contramão da busca por uma vida, plena, abundante, singular e desassujeitada.

Pensemos juntos: se a vida se constitui num processo recíproco de trocas/simbioses, relações de conflito e interdependência entre humanos e não humanos, qualquer ação que deteriore/degrade, diminua, agrida, elimine ou restrinja tais condições/relações, estaria produzindo condições para que esta vida se deteriore e, portanto, utilizando o pensamento de Spinoza (2013), tenha a sua potência de existência diminuída,

Nesse aspecto, fazendo uso desse pensamento, Spinoza ao nos oferecer uma belíssima definição de corpo, encontros e modificações, observa que, “O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor” (SPINOZA, 2013, p. 99). Que relações e encontros são capazes de potencializar nossa capacidade de agir? Nessa empreitada, Deleuze (1998) fazendo uma leitura de Spinoza, nos auxilia realizando a seguinte problematização:

[...] A questão é a seguinte: o que pode um corpo? De que afetos você é capaz? Experimente, mas é preciso muita prudência para experimentar. Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos têm necessidade de nossas tristezas para fazer de nós escravos. O tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada [...] (DELEUZE, 1998, p. 50).

A força de um sistema produtivista que procura encerrar a produção de subjetividades à sua lógica e submeter à vida (humana e não humana) às suas condições de produção. Contra isso, parece que cada vez mais se faz atual e pertinente a questão levantada por Spinoza e retomada por Deleuze: “O que pode um corpo” contra esse processo? Ou ainda: Que processos de resistência e de criar existência é capaz um “corpo”?

Perceber a resistência não apenas como oposição ou recusa, mas também como posicionamento de uma existência outra, constitui uma proposta da pesquisa, cuja intercessão teórica destacamos a contribuição de Michel Foucault e, com sua perspectiva, é que pensamos poder nos envolver e situar parte de nossa problematização.

O autor lembra que as relações de poder, por se constituírem como relações de força, enfrentamento, são, portanto, sempre reversíveis.

[...] Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse – os críticos me dirigiram esta censura – que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excludo qualquer possibilidade de resistência. Mas é o contrário! (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Essa assertiva, “Mas é o contrário!”, no final da citação, é bastante provocativa: Ela é explicada pelo autor da seguinte maneira:

[...] Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistências e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto mais for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte, se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa para aborrecer os pais, o que é uma rebelião, se quiserem – e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião: e é toda essa agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Lutas multiformes, que se apresentam por toda parte em momentos díspares e variados. Uma luta intermitente, fugaz que se dá, também, por meio de recusa, desobediência e fuga. Em nosso entender, essa perspectiva nos instiga a pensar que a liberdade é primeira e, essa vontade de liberdade, incita nas relações de poder uma função de captura, de apreensão. No entanto, a multiplicidade de formas de resistências que se dão ordinariamente, implica tanto um deslocamento teórico-conceitual – na medida que não restringem as resistências às lutas de contraposições político-partidárias e/ou de modelos socioeconômicos – como também impedem a cristalização dessas relações de poder num determinado aparelho.

Resistências outras e a educação ambiental como afirmação da vida

A inferência é de que relações de poder e resistências constituem relações de forças, sendo uma constitutiva da outra. Nesse sentido, realizamos a seguinte problematização: seria a educação ambiental um movimento de resistência contra algumas forças que deterioram a vida, ou seriam determinadas forças que constituem uma resistência contra a potência da vida em se realizar. Podemos pensar que, em ambos os casos, nos encontramos num sistema de contraposição, porém com a diferença de que num deles o primado é pela vida.

Talvez mais próxima ainda esteja da ideia Deleuziana, em que a resistência estaria relacionada com o desejo. Para esse autor, segundo Alvim (2010), o desejo teria um

primado sobre as relações de poder e estas por sua vez desenvolveriam sua ação por meio de processos de reterritorialização. Nesse caso o desejo escaparia a possibilidade de ser esmagado ou capturado pelos dispositivos de poder e, quando fosse, haveria sempre uma possibilidade de se desterritorializar: tal processo corresponderiam as linhas de fuga.

A proposta é pensar em movimentos que resistam, escapam (desterritorializando-se, por exemplo), ou mesmo excedam à cooptação que se produz pela máquina desejante capitalista. Se o poder está por toda parte nas relações, devemos admitir que muitas dessas relações de poder são assimétricas e, em boa parte das vezes, colidem em interesses e objetivos.

A provocação e/ou deslocamento está na ideia de “resistência”, não apenas como algo que se opõe, mas como movimento que se coloca a favor da vida – em todas as suas formas – e das práticas de liberdade – em suas diferentes expressões. Nesse caso, são as diferentes relações de assujeitamento que se tornam necessárias repensar.

Foucault (2010) faz uma “reviravolta” estratégica muito interessante para problematizar as relações de poder e resistências. Segundo o autor,

[...] para se pensar o que é em nossa sociedade sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade “[...] para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações (FOUCAULT, 2010, p. 276).

É nesse caminho aberto que buscamos nos apropriar dessas problematizações deslocando-as para o campo ambiental, para inferir as implicações de pensar se talvez, também, não devêssemos investigar aquilo que não é considerado educação ambiental e por quê? No processo de legitimar e caracterizar determinada prática como educação ambiental, que outras, possíveis, ficam excluídas? Em que outras frentes de luta a educação ambiental vêm adentrando nos últimos anos? Que outros modos de vida e existência pode implicar a educação ambiental?

Acreditamos que diante de tais questões estão presentes diferentes relações de forças e poder que nos provocam a levantar outros questionamentos: O que e quem resiste a quê? Seriam os diferentes movimentos de cunho socioambiental que impõem resistência aos modelos excludentes e predatórios presente em determinadas estruturas ou seriam

determinadas estruturas socioeconômicas – e culturais – que impõem resistência ao fluxo e às práticas de liberdade que a vida não cansa de buscar?

Nesse caso, com bem expôs o filósofo Eduardo Pellejero em suas análises a respeito do pensamento de Deleuze e Foucault, a resistência é primeira.

A resistência é primeira. É-o para Deleuze, e pode chegar a sê-lo para Foucault na medida em que a produção de subjetividades escapa aos poderes e aos saberes de um dispositivo para reinvestir-se nos de outro: a relação consigo mesmo – então – é uma das fontes de esses focos de resistência (PELLEJERO, 2010).

Embora o autor em seu estudo tenha apresentado algumas diferenças conceituais e/ou epistemológicas entre o pensamento de Foucault e Deleuze, a respeito das resistências, o autor enfatiza a presença em ambos, principalmente nas últimas produções foucaultianas, de uma aposta na liberdade e na constituição de modos de existência e/ou territórios existenciais que potencializam a vida. Tal postura corresponderia a uma austera rejeição e resistência a qualquer forma de submissão e assujeitamento da vida.

Essas resistências, as quais, naquele momento, Foucault (2010) chama de oposições, se dão nos mais diferentes âmbitos, pois representam tanto a insubmissão da mulher perante o homem, numa rejeição do poder deste sobre ela, quanto, acreditamos nós, na recusa por produtos e serviços cuja origem esteja a exploração da vida – seja essa humana ou não – e/ou da “natureza”. Dentre as várias características dessas lutas apontadas pelo autor, destacamos duas. Uma quanto a transversalidade que possuem em comum, pois tal resistência não está limitada a um país ou região e nem a um regime ou governo específico.

A segunda é quanto a recusa que essas lutas contemporâneas representam, pois nas palavras do autor, “[...] Elas são uma recusa dessas abstrações do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos” (FOUCAULT, 2010, p. 278).

Uma violência econômica, por exemplo, que submete tudo e todos a sua racionalidade. Violência de uma ideologia mercantilizadora da vida e dos bens comuns como àquela que se fez presente no crime socioambiental na bacia do rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Recusar esse tipo de violência é cada vez mais essencial. São essas lutas contra um determinado tipo de modelo, contra a violência dessa

ideologia/lógica que explora, coage e assujeita a vida – em todas as suas formas – que vem se tornando cada vez mais urgente potencializar.

É nesse sentido que nos colocamos a pensar a educação ambiental como um movimento, um exercício ético-estético – e sempre político – perante a vida e as relações que nela se estabelecem. Um movimento que busca imprimir um outro “modo de existência” em nossa contemporaneidade. Um modo de existência que não implique em espoliação, silenciamentos e assujeitamentos do Outro².

Que outros modos de existência são possíveis em nossa sociedade contemporânea? Que outros modos de existir queremos potencializar? Como potencializar relações que não apequenem ou apaguem a vida? Como produzir modos de vida que escapem da lógica consumista e serializada do mundo capitalista? Como escapar ou driblar os agenciamentos maquínicos do sistema capitalista? É possível, estando imerso dentro de um mundo marcado, codificado, mercantilizado, produzir outros mundos? Como, mesmo estando rodeados por um mundo em que a lógica do mercado se impõe, produzir outros agenciamentos que não impliquem assujeitamentos ao mercado, ou ao capital? Como inverter a lógica e fazer o capital se submeter à vida?

Educação ambiental como aposta ético-política e sua aproximação com o “cuidado de si”

[...] Um trabalho, quando não é ao mesmo tempo uma tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é, não é muito interessante [...]" (FOUCAULT, 2014, p.234).

Consideramos muito provocativo para se pensar nas relações socioambientais, o estudo sobre o “cuidado de si”, ou “práticas de si” própria da cultura grega, que, nas palavras de Foucault (1985), não se encerram como práticas individuais, mas constitui um processo que engendra o cuidado com Outro. Segundo o próprio autor, “[...] O cuidado de si, aparece, portanto, intrinsecamente ligado a um ‘serviço de alma’ que comporta a possibilidade de um jogo de trocas com o outro e de um sistema de obrigações recíprocas” (FOUCAULT, 1985, p. 59).

² Esse Outro, aqui empregado com letra maiúscula, refere-se não apenas ao outro humano, mas, também, ao coletivo de não humanos (Água, animais, florestas, etc.)

Esse princípio do “cuidado se si”, portanto, se refletiu em maneiras de viver e de se comportar que foram desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas, constituindo-se assim como uma prática social.

Mesmo que esse princípio represente um determinado contexto social, pensamos poder realizar uma ressignificação pelo fato de acreditar que nele esteja uma interessante provocação para nos indagarmos sobre nossa relação com a casa, nosso *oikos*, lugar comum. Perguntarmo-nos, assim como Foucault (1984, p. 15), se podemos [...] pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê [...]”, torna-se imprescindível para problematizar a nossa relação com o meio, com o Outro. Como o próprio autor menciona ao final de sua colocação, tal argumentação é indispensável para continuarmos a olhar e refletir.

É no sentido de tomar o nosso presente como elemento a ser problematizado, sobre o que estamos fazendo e o que podemos fazer com os problemas socioambientais que nos afligem, é que acreditamos situar a condição e/ou capacidade de poder operar um outro fazer em nosso modo de estar no mundo e em nossas relações.

Quando o autor expõe a relação da liberdade como condição para uma estética da existência e a ética como o modo do indivíduo relacionar-se consigo e a partir daí com o mundo, com os Outros, o autor infere e se insere, em nosso entender, numa questão crucial para a problemática socioambiental: como deixar de ser escravo de meus desejos? Como, num mundo em que os agenciamentos operados pelo mercado penetram tão profundamente em nossos desejos, podemos evitar que esses nos escravizem? Como reduzir o “resto e descuido” de que fala Estamira³, ao se referir e definir do que é feito as montanhas de lixo de Jardim Gramacho no Rio de Janeiro? Como potencializar a relação do cuidar de si e do Outro? Como cuidar mais e descuidar menos? Quem sabe aí não resida uma importante questão para se pensar que, ao cuidar de si, – com tudo que implica esse cuidado – estamos contribuindo com a constituição de outros mundos e modos de existir. Eis um desafio.

Cuidado com o mundo, cuidado nas relações com o outro. É com esse sentido e com o exposto até o momento, que buscamos problematizar o papel da educação ambiental

³ Estamira é a personagem-título e protagonista do documentário ganhador de vários prêmios nacionais e internacionais produzido em 2005 por José Padilha e Marcos Prado. O documentário retrata a vida de uma catadora de lixo no aterro do Gramacho, na Baixada Fluminense, uma senhora com mais de 60 anos conhecida como a “louca do lixão”.

não apenas de oposição, mas num sentido primeiro: Como movimento de posição e de força potencializadora da vida e da liberdade. Uma liberdade como condição ontológica da ética e, esta, como a forma refletida assumida pela liberdade, ou seja, uma ética como prática de liberdade (FOUCAULT, 2010).

A aposta em potencializar outros modos de existência, como já inferimos, é também uma aposta política e ética. Uma ética como filosofia de vida, a “arte” da vida, da boa vida, da qualidade de vida, do sentido da vida (LEFF, 2016) ou, no sentido de fazer da existência uma obra de arte (FOUCAULT, 2010).

Educação ambiental como território da vida e do cuidado com o Outro

O sociólogo mexicano Enrique Leff ao problematizar a reinvenção existencial do território, lança mão dos estudos realizados pelos pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari a respeito dos conceitos de des/re/territorialização, para imprimir tal perspectiva em sua análise da luta pela reapropriação sociocultural e ambiental que diferentes povos e etnias vem realizando. Na concepção desse sociólogo “[...] Deleuze e Guattari abrem novos caminhos do pensamento [...] O território adquire um sentido categorial, filosófico e existencial [...] (LEFF, 2016, p.453).”

O autor, analisando as diferentes concepções e apropriações realizadas pelos pensadores franceses quanto aos processos de des/re/territorializações, faz também suas próprias ressignificações desse pensamento e observa que,

Deleuze e Guattari estendem o conceito de território aos âmbitos da estética da vida e da política do corpo. Falaram assim dos refrões que configuram territórios: dos ritmos, melodias e contrapontos que compõem a harmonia da vida em um devir espaço-temporal. Esses territórios não somente re-montam o espaço físico, marcam uma geografia, definem a forma de lavar a terra e os modos de habitar um mundo. O território vem redefinir o próprio *habitar*, o *habitus* e o *habitat*. O território é corpo e alma: transluz na máscara e na maquiagem; configura-se nas identidades de gênero que figuram e transfiguram o corpo, que transmutam o gesto e simulam a imagem em que o indivíduo se reconhece (LEFF, 2016, p.455).

Reconhecendo que a amplitude do conceito de território extrapola a noção usual de um espaço físico-geográfico para abranger o corpo, a imaginação, as subjetividades, o desejo, podemos inferir que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização também se dão em outros domínios, como por exemplo o jogo captura, sedução e agenciamento realizado pelo sistema econômico globalizado sob a

influência do capitalismo. Sistema esse que busca territorializar sua influência sobre os corpos e lugares quanto desterritorializar esses corpos e lugares de qualquer perspectiva que implique uma outra lógica, um outro modo que não seja produtivista e/ou consumista.

Estendendo sua análise, o sociólogo mexicano, percebe um outro movimento se configurando, no qual estão implicados a reinvenção de identidades e a territorialização de outras racionalidades. Nesse aspecto, o autor comenta que,

A resignificação da natureza depois da década de 1960 impulsionou a emergência de novos protagonistas no campo da ecologia política, sobretudo a dos povos da Terra e dos ecossistemas, cuja cultura está entretida na natureza de seus territórios: os povos indígenas, afrodescendentes, camponeses e ribeirinhos. Novas identidades coletivas foram surgindo a partir de diferentes condições étnicas e das relações culturais com a natureza, das práticas sócias e os modos de ser dos habitantes das zonas rurais (LEFF, 2016, p.456)

Esses atores sociais vêm resistindo e/ou jogando com as tentativas de absorção realizada pela globalização econômico-financeira e lutando pelos seus direitos à cultura e território. É nessa perspectiva que o autor considera,

[...] estes processos de resistência se convertem em movimentos de *resistência* [grifo do autor]. Estas populações não somente resistem contra a desapropriação e a desterritorialização: redefinem suas formas de existência através de movimentos de emancipação, reinventando suas identidades, seus modos de produção e suas práticas de subsistência (LEFF, 2016, p. 456).

Essas resistências e jogo com as imposições do grande capital e de sua lógica, bem como uma recusa às suas regras de apropriações, tem levado essas populações a um reclame pelos seus direitos que implica numa revalorização de seu espaço ecológico-cultural com suas práticas produtivas e sociais (LEFF, 2016).

O autor mostra que após a resistência à colonização moderna novas perspectivas para a construção da sustentabilidade estão surgindo da legitimação dos direitos dos povos indígenas a seus territórios e se confrontando com diferentes estratégias de apropriações da natureza. Nesse sentido, Leff (2016, p. 460) observa que

[...] O que está em jogo nestes conflitos derivados dos choques de caminhos alternativos para a sustentabilidade não é a distribuição dos benefícios da apropriação tecno-econômica da natureza, mas antes a *resistências* dos povos da Terra, mobilizada pelos movimentos socioambientais do Sul e da América Latina [...].

Vários exemplos, nesse sentido, nos são dados pelo autor, ao lembrar dos seringueiros da Amazônia brasileira e de sua luta pelo direito à terra e por um outro modo de produção em que as condições de sobrevivência – tanto humano/comunitário quanto da floresta e de todo o ecossistema – não sejam colocadas em xeque por um modelo devastador.

Modelo esse que já deu vários exemplos do seu potencial de devastação socioambiental, seja na concentração de renda que se acentua, seja nos crimes socioambientais ocasionados por sua negligência e ganância, como exemplo, o recente crime socioambiental ocorrido na bacia do rio Doce.

Durante uma entrevista a respeito do pensamento do filósofo, Gilles Deleuze, Suely Rolnik, menciona um comentário interessante feito pelo filósofo – que acreditamos muito pertinente para nossa problemática em questão – quando diz que “só se pensa quando é forçado”. Diria ainda, quando somos provocados e tocados. Mas, o que nos força a isso? Essa pergunta é respondida por Rolnik da seguinte forma: O que nos força é o mal-estar que nos invade quando forças do ambiente em que vivemos e que são a própria consistência de nossa subjetividade, formam novas combinações, promovendo diferenças de estado sensível em relação aos estados que conhecíamos e nos quais nos situávamos. Nestes momentos é como se estivéssemos fora de foco e reconquistar um foco, exige de nós o esforço de constituir uma nova figura (ROLNIK, 1995).

Importante percebermos que nesse processo de constituição e produção de nossa subjetividade é o ambiente que o dá consistência. E nesse ambiente muita coisa se passa e algumas coisas nos tocam, nos provocam e incomodam o nosso estado atual, exigindo de nós outros movimentos, outra postura. Interessante é, também, observar que, no caso do crime socioambiental ocorrido com o rio Doce, esse “mal-estar” que nos invadiu provocado por forças do ambiente socioeconômico em que vivemos, produziu em nós diferenças cujas direções ainda não temos sua exata noção.

Se consideramos que, esse “mal-estar”, de alguma forma, provocou nossa capacidade de agir, mobilizando forças coletivas, precisamos pensar em como potencializar essas forças em sua capacidade ética-estética-política de criar outros laços com tudo aquilo que nos rodeia. Como escapar ao “canto da sereia” tão sedutor que um determinado modelo socioeconômico procura evidenciar como único?

Ao longo da pesquisa/estudo, vivenciamos esse crime, que foi um dos maiores crimes socioambientais ocorridos no Brasil: O despejo de lama de minério no rio Doce⁴. Um crime socioambiental que afetou milhares de famílias, que poluiu, matou, desempregou, transtornou várias cidades, mudou a rotina das pessoas, provocou caos, medo, paralisou escolas. Comunidades que se enfileiraram ao longo de horas para receber um galão (5 litros) de água: essa foi a parte que lhes coube deste bem comum. Mas, também mobilizou diferentes entidades, desencadeou inúmeras pesquisas, projetos de reflorestamento, provocou o surgimento de Fóruns, de seminários, de grupos de estudos, de análises técnicas mais apuradas e detalhadas de água e solo, etc.

Coletivos de jovens da comunidade, professores, estudantes, ribeirinhos, pescadores, agricultores, moradores em geral das áreas atingidas pelo crime ambiental e dependentes do rio Doce, teceram um movimento que, em muito, se aproxima da ideia de “multidão” elaborada por Hardt e Negri (2012). Um movimento coletivo cujas singularidades não foram suprimidas por nenhum projeto universalista. Se o desafio da “multidão” segundo os autores (2012, p. 13) “[...] consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente [...], observamos que, em certos momentos, ela se fez presente em alguns dos movimentos que se produziram a partir desse crime ambiental.

Se, de uma perspectiva socioeconômica, a multidão é o sujeito comum do trabalho (HARDT; NEGRI 2012), numa perspectiva socioambiental, a multidão é o sujeito coletivo dos movimentos que se produziram com o crime ambiental.

Movimentos que se fizeram e desfizeram, outros que se mantiveram. Caravanas, Passeatas, Manifestações, etc. A multidão não é caracterizada por um conceito numérico, mas pela sua capacidade de afetar, de provocar e convocar. Capacidade de desafiar uma determinada ordem e/ou modelo. Nesse caso, o modelo de produção, exploração e relação com o ambiente, no qual muitas corporações industriais e financeiras se enquadram.

O protagonismo desse cenário de mobilização, nesse caso, coube em grande parte a um elemento não humano: a água. Foi em torno dela e por ela que se mobilizaram os

⁴ Rio localizado nos territórios de Minas Gerais (onde está sua nascente) e Espírito Santo. Abastece vários municípios sendo o principal rio de sua bacia hidrográfica e uma das maiores da Região Sudeste.

humanos, com distintos objetivos, muitos dos quais não apresentavam consensualidade, mas sim uma singularidade cooperante, da qual participaram diferentes atores.

Essa mobilização, no entanto, não pode ser encarada como algo ingênuo ou como aquelas do passado em que “amantes da natureza” lutavam pela sua preservação. O que percebemos foi algo mais complexo e imanente. Uma intensidade compartilhada numa rede com laços de solidariedade em que participaram humanos e não humanos.

Percebemos que esse acontecimento provocou também diferentes posições e manifestações diversas, expressas, por exemplo,⁵ em enunciados como “Destruíram o rio como ele não fosse nada. E o pior que vai ficar por isso mesmo“, “O rio já estava poluído a muito tempo”, “Muitas dessas falas de cuidado [com o rio] que agora estão ocorrendo é pura hipocrisia”, “A empresa tem que produzir mesmo. Ela gera empregos e paga impostos. Se não ganhar não tem como recuperar o rio”, “Gente, agora o que importa é o rio. O Doce precisa da gente como nós precisamos dele”, “Acho que ainda dá para fazer alguma coisa. Sempre é possível fazer alguma coisa”, “O que será de nós sem esse rio? A nossa cidade acabou! Será possível que vamos ver isso acontecer de braços cruzados”, etc.

Talvez aqui, mais importante que profundas interpretações, seja aproveitar a ocasião. Ocasião em que se abre espaço para a produção de outras subjetividades, outros modos e relações diferentes daquelas utilitaristas e hierarquizadas entre humanos e não humanos. Aproveitar a força desses enunciados para potencializar outras relações.

Considerações

As considerações que tecemos, de certa forma, já foram expostas diluidamente pelo texto. No entanto, cabe ressaltar que muito embora a problemática apresentada a partir desse crime socioambiental esteja longe de se esgotar, acreditamos que dele tiramos algumas lições.

A afetabilidade produzida a partir desse crime socioambiental contribuiu com a produção de uma rede cujos laços entrelaçados abarcaram um amplo coletivo de

⁵ Essas falas correspondem a fragmentos das entrevistas/conversas que foram realizadas com alunos, servidores (docentes e técnicos) e moradores da região, no momento do crime socioambiental ocorrido em Mariana, Minas Gerais. Essas falas foram extraídas de conversas marcadas pela indignação em que todos estávamos atordoados com os acontecimentos.

entidades, como Comunidades, Universidades, Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais, Ministério Público, etc. Ainda que desconheçamos todas as implicações deste processo, acreditamos que essa rede, por sua vez, apresenta um potencial interessante de mobilização e inovador quanto à produção de política pública, muito embora saibamos que determinadas forças políticas e econômicas, que estão em jogo, possam esfacelar tais possibilidades.

O nosso entendimento é de que a educação ambiental se constituindo como um movimento político, crítico e permanente de **contestação** – das injustiças sociais em que muitos são os excluídos das possibilidades de uma existência digna – e de **resistência**, – aos modelos exploratórios/predatórios que deterioram a vida e suas condições – consolida-se como processo de **(re) existência** e afirmação da vida, contribuindo com a produção de outros modos de viver e conviver.

Referências

ALVIM, Davis Moreira. **Pensamento indomado**: História, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. Revista de História da UFES: Dimensões, vol. 24, 2010, p. 193-207.

DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. Gilles Deleuze e Clarice Parnet.; Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. -- São Paulo: Editora Escuta, 1998.

HARDT, Michael. **Multidão** / Michael Hardt e Antônio Negri; tradução Clóvis Marques. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III**: O cuidado de si; Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Gral. 1985

_____. **Ditos e escritos, volume IV**: estratégia, poder-saber. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica / Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow; tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro; introdução: traduzida por Antônio Cavalcanti Maia; revisão técnica: Vera Portocarrero. – 2.ed. ver. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel de Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Tradução de João Batista Kreuch; revisão técnica de Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2016.

PELBERT, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. – [1ª ed. – 2ª reimp.] São Paulo: Iluminuras, 2011.

PELLEJERO, Eduardo. A luta sem futuro de revolução. In: **Cadernos de Subjetividade** – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. ISSN: 0104-1231. Endereço eletrônico: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade>. Acesso em: 14/10/2016.

ROLNIK, Suely. **Ninguém é deleuziano**. 1995. Disponível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/ninguem.pdf> Acesso em: julho de 2012.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. – 2.ed. 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TRISTÃO, Martha. Uma Abordagem Filosófica da Pesquisa em Educação Ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.18, n. 55, out-dez., p.847–860, 2013.